



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA - CIN/STI
TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO-IN 01/2019

Anexo I do Edital

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50300.006358/2021-72

Aquisição, instalação e configuração de equipamentos servidores do tipo rack com garantia e suporte técnico on-site pelo período de 60 (sessenta) meses.

Brasília, março de 2022

STI

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
10/11/2020	1.0	Versão inicial do documento	Diógenes Nunes
09/12/2020	2.0	Termo de Referência no modelo da SGD/ME	Diógenes Nunes
17/12/2020	3.0	Termo de Referência revisado	Diógenes Nunes
21/12/2021	4.0	Termo de Referência com anexos	Diógenes Nunes
05/01/2022	5.0	Termo de Referência revisado pela Equipe de Planejamento da Contratação	Diógenes Nunes
26/01/2022	6.0	Termo de Referência após a pesquisa de preço	Diógenes Nunes
14/02/2022	7.0	Termo de Referência após análise da Gerência de Licitações e Contratos	Diógenes Nunes
04/03/2022	8.0	Termo de Referência após análise jurídica	Diógenes Nunes

TERMO DE REFERÊNCIA OU PROJETO BÁSICO

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição, instalação e configuração de equipamentos servidores tipo rack com garantia e suporte técnico on-site pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus apêndices;

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1. Bens e serviços que compõem a solução

2.1.1. Aquisição, instalação e configuração de equipamentos servidores tipo rack com garantia e suporte técnico on-site pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme condições, quantidades abaixo e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus apêndices;

Item	CATMAT	Descrição	Quant	Valor Unitário Máximo aceitável para cada equipamento	Valor Máximo Aceitável Global (R\$)
1	481693	Servidor tipo rack	4	R\$ 251.005,58	R\$ 1.004.022,33

- 2.1.2. As especificações técnicas mínimas estão detalhadas no ANEXO A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS deste Termo de Referência.
- 2.1.3. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.004.022,33 (um milhão, quatro mil vinte e dois reais e trinta e três centavos).
- 2.1.4. Devido à padronização existente no mercado, os bens de tecnologia da informação aqui pretendidos, atendem a protocolos, métodos e técnicas preestabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Assim, os bens/serviços objeto desta contratação são classificados como bens comuns na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002. Podendo, portanto, ser contratado por meio de processo licitatório na modalidade pregão em sua forma eletrônica.
- 2.1.5. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 2.1.6. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.
- 2.1.7. O prazo de vigência do contrato é de 60 (sessenta) meses a partir da data da sua assinatura.
- 2.1.8. É imprescindível que todos os bens de um mesmo item sejam idênticos, do mesmo modelo e do mesmo fabricante. Essa necessidade advém das políticas de gerenciamento adotadas pela equipe técnica da ANTAQ, que estabelecem procedimentos e scripts de configuração que, quando executados, devem produzir os mesmos resultados em todos os equipamentos.

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação

- 3.1.1. Nos últimos anos, em virtude da ampliação das atribuições, atuação e abrangência territorial da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a Secretaria de Tecnologia da Informação vem enfrentando desafios para a consolidação de uma infraestrutura tecnológica padronizada capaz de atender a contento as necessidades de recursos e soluções de Tecnologia da Informação no órgão.
- 3.1.2. A Antaq tem como missão “assegurar à sociedade a adequada prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura portuária e hidroviária.”
- 3.1.3. A Antaq possui o contrato CONT-SAF-ANTAQ nº 03/2020 de prestação de serviços de extensão de garantia dos servidores de rede do datacenter da Agência, que já foi prorrogado por 12 meses, o qual deixará de vigorar a partir do dia 16/03/2022, não sendo mais passível de renovação. Tais equipamentos estão obsoletos, provocando dificuldades quanto à oferta de peças de reposição.
- 3.1.4. Desta forma, há a necessidade de aquisição de novos servidores de redes tipo rack com a finalidade de não impactar o trabalho dos usuários e colaboradores, tampouco os serviços de TI oferecidos pela Agência para a sociedade, uma vez que tais servidores de rede são responsáveis pelo processamento majoritário dos dados da ANTAQ.
- 3.1.5. Para que a Antaq possa realizar sua missão, compete à Secretaria de Tecnologia da Informação - STI assegurar soluções tecnológicas alinhadas às necessidades de negócio e, neste sentido, se torna mandatário que a Antaq tenha a sua disposição equipamentos adequados para o ambiente datacenter suportando os sistemas e serviços prestados pela Agência.
- 3.1.6. Caso não sejam adquiridos novos servidores de rede, o risco de descontinuidade é alto já que os equipamentos atuais estão no final de sua vida útil e ficarão sem garantia e suporte em março/2022.
- 3.1.7. Com vistas a atender as necessidades da Agência, a aquisição dos bens deverá ser imediata, integral e célere e, por isso, não será utilizado o Sistema de Registro de Preços.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

3.2.1. A presente contratação está alinhada aos instrumentos de planejamento institucionais, conforme a tabela abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS			
ID	Objetivos Estratégicos		
O9	Objetivo 9 - Intensificar o uso de soluções tecnológicas na gestão processual. (Plano Estratégico 2021-2024 da ANTAQ)		
O16	Objetivo 16 - Otimização das infraestruturas de tecnologia da informação. (Estratégia de Governo Digital 2020-2022)		
ALINHAMENTO AO PDTIC 2022-2024			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A6	Aquisição de Servidores de Rede tipo Rack	M2	Prover e manter infraestrutura de TI adequada, disponível e segura para suportar as demandas de negócio.
ALINHAMENTO AO PAC 2022			
Item	Descrição		
162	SERVIDOR		

3.3. Estimativa da demanda

3.3.1. A estimativa da demanda consta no Estudo Técnico Preliminar e no item 2 deste Termo de Referência.

3.3.2. Os quantitativos previstos são baseados nas necessidades atuais e futuras de processamento de dados, número de máquinas virtuais, redundância e continuidade dos sistemas e serviços.

3.4. Parcelamento da Solução de TIC

3.4.1. O agrupamento da solução em único item para este tipo de objeto é comum e praxe na Administração Pública. O desagrupamento dos itens traria prejuízos administrativos, técnicos e econômicos à Agência.

3.4.2. A presente contratação não reservará cota do objeto para microempresas e empresas de pequeno porte pois não seria vantajoso para a administração pública e representaria prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado. O quantitativo de Fiscais é reduzido e sobrecarregado e a gestão de vários contratos para uma única solução aumentaria os riscos administrativos e técnicos.

3.5. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.5.1. Provisão e manutenção de infraestrutura de TI adequada, disponível e segura para suportar as demandas de negócio.

3.5.2. Manutenção da continuidade dos serviços que utilizam infraestrutura de TI.

3.5.3. Garantia da infraestrutura adequada de tecnologia da informação para a Agência com confiabilidade, integridade e disponibilidade dos dados, sistemas e serviços sem se afastar do princípio da economicidade.

3.5.4. Padronização, simplicidade e eficiência na operação e suporte da infraestrutura de TI.

3.5.5. Redução dos riscos de incidentes;

3.5.6. Aumento da performance e segurança da infraestrutura de TI.

3.5.7. Suporte a novos e atuais sistemas e serviços de TI.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos de Negócio

4.1.1. Atender as necessidades de processamento de dados e criação de máquinas virtuais para o atendimento das necessidades da Agência;

4.1.2. Assegurar que os equipamentos adquiridos possuam garantia e suporte por 60 meses;

4.1.3. Assegurar baixo risco de descontinuidade dos serviços da ANTAQ;

4.2. Requisitos de Capacitação

4.2.1. Não foram identificadas necessidade de treinamento ou capacitação para o objeto a ser contratado. Exigindo-se apenas que:

4.2.1.1. Os manuais de instalação devem ser fornecidos em Português ou Inglês.

4.2.1.2. O serviço de suporte técnico do fabricante deve ser passível de ser acionado para sanar quaisquer dúvidas de instalação e configuração dos produtos.

4.2.1.3. Os materiais disponibilizados devem contemplar os procedimentos para atualização de firmware.

4.3. Requisitos Legais

4.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Decreto-Lei nº 200/1967, Lei 8.666/93, (Lei de Licitações), Lei 10.520/01, (Lei do Pregão), Decreto 10.024/2019 (Pregão Eletrônico), IN. 01/2019 SGD/ME (Contratação de Soluções de TIC) e legislação específica aplicada.

4.3.2. Justificativa para o Pregão Eletrônico

4.3.2.1. Os bens/serviços classificam-se como comuns pelo fato de que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, conforme parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

4.3.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.3.4. Atendimento dos critérios de sustentabilidade ambiental de que trata a Instrução Normativa SLTI nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

4.3.5. Conformidade com a legislação e jurisprudência existentes para aquisição e gerenciamento de soluções de TIC.

4.4. Requisitos de Manutenção

4.4.1. Devem ser fornecidos garantia e suporte técnico total de 60 (sessenta) meses para todos os servidores, seus componentes e acessórios, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, não se limitando ao término da vigência contratual;

4.4.2. Os detalhes da garantia e manutenção foram inseridos no item 4.11. Requisitos de Garantia e Manutenção.

4.5. Requisitos Temporais

4.5.1. O prazo de vigência do Contrato será de 60 (sessenta) meses, contados da data de assinatura;

4.5.2. O Prazo de entrega dos produtos será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato;

4.5.3. O prazo de garantia e suporte técnico contra defeitos de fabricação deverá ser de 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos;

4.6. Requisitos de Segurança

4.6.1. A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).

4.6.2. A CONTRATADA deverá submeter-se aos procedimentos contidos nas normas de segurança corporativa da ANTAQ, em todos os eventos em que for necessária a presença de seus prepostos e/ou funcionários nas dependências da CONTRATANTE.

4.6.3. A CONTRATADA deve guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo entregar assinados o Termo de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;

4.6.4. A CONTRATADA deverá assinar e entregar, na Reunião Inicial, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS) e providenciar a assinatura do Termo de Ciência por todos os seus colaboradores que estejam relacionados com a execução do objeto.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

- 4.7.1. O idioma a ser utilizado na documentação deve ser preferencialmente o português, podendo excepcionalmente ser utilizado o inglês;
- 4.7.2. O idioma a ser utilizado no processo de gerenciamento de chamados deve ser preferencialmente o português, podendo eventualmente ser utilizado o inglês, desde que a CONTRATANTE seja informada previamente de que o atendimento será realizado em inglês;
- 4.7.3. A CONTRATADA, no que couber, deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010,
- 4.7.4. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre pelo uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela ANTAQ.
- 4.7.5. Os resíduos dos processos de manutenção deverão ser recolhidos pela CONTRATADA para fins de destinação adequada conforme legislação ambiental;

4.8. Requisitos de Arquitetura Tecnológica

- 4.8.1. Todos os requisitos técnicos estão detalhados no Documento de Especificação Técnica no ANEXO A deste Termo de Referência.

4.9. Requisitos de Projeto e de Implementação

- 4.9.1. Não se aplica para o objeto da presente contratação pois não serão criados ou desenvolvidos produtos ou soluções. A contratação envolve o fornecimento de uma solução completa e funcional, pronta para ser utilizada, dependendo apenas da instalação e configuração no ambiente da CONTRATANTE.

4.10. Requisitos de Implantação

- 4.10.1. Não se aplica. A implantação dos servidores será conduzida pela equipe da CONTRATANTE. Sendo responsabilidades da Contratada a instalação, ativação e plena operacionalização dos equipamentos;
- 4.10.2. Após a entrega dos equipamentos no endereço informado, a Contratada deverá realizar as seguintes atividades:
 - 4.10.2.1. Instalação física dos equipamentos, com os trilhos, em rack disponibilizado pela ANTAQ;
 - 4.10.2.2. Conexão dos cabos de energia e cabos de rede;
 - 4.10.2.3. Configuração da placa integrada de gerência com IP fixo e permissões de acesso integrado ao AD da ANTAQ;
 - 4.10.2.4. Atualização de BIOS e firmware do servidor.
- 4.10.3. A Contratada deverá apresentar a documentação técnica detalhada contendo todas as informações referentes à instalação e à configuração.

4.11. Requisitos de Garantia

- 4.11.1. Devem ser fornecidos garantia e suporte técnico total de 60 (sessenta) meses para todos os servidores, seus componentes e acessórios, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, não se limitando ao término da vigência contratual;
 - 4.11.1.1. A CONTRATADA deverá informar URL no site da fabricante que permita consultar e comprovar a garantia dos equipamentos e o prazo de expiração desta através da inserção do seu número de série;
 - 4.11.1.2. O suporte técnico poderá ser prestado pela CONTRATADA ou fabricante.
- 4.11.2. A CONTRATADA, durante todo o contrato, deve manter a CONTRATANTE informada das versões/atualizações, correções (patches) e vulnerabilidades dos softwares e firmwares, fornecidos nos componentes da solução;
- 4.11.3. A garantia e o suporte técnico, bem como as ferramentas e equipamentos necessários à execução desses serviços, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem custos adicionais à ANTAQ;
- 4.11.4. **Acionamento e acompanhamento da Garantia**
 - 4.11.4.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar os seguintes canais para acionamento e acompanhamento dos chamados de garantia técnica:
 - 4.11.4.2. Atendimento telefônico tipo 0800, em regime 24x7, 365 dias por ano;
 - 4.11.4.3. Página web (com chat) mantida pela CONTRATADA ou pelo fabricante do equipamento.
 - 4.11.4.4. Todo chamado deverá conter no mínimo as seguintes informações: a identificação do chamado, o usuário solicitante, a localidade, o horário de abertura pelo usuário, início e término do atendimento do chamado, identificação do equipamento/módulo, número de série do equipamento, a descrição do chamado e a solução aplicada;
 - 4.11.4.5. Poderão ser abertos chamados de consultas técnicas para sanar dúvidas, repassar conhecimentos ou obter melhores práticas;
 - 4.11.4.6. A CONTRATADA ou fabricante deverão fornecer página de suporte técnico na Internet com disponibilidade de atualizações e “hotfixes” de drivers, BIOS, firmware, sistemas operacionais e ferramentas de troubleshooting, no mínimo;
 - 4.11.4.7. A abertura de chamado técnico será feita por profissional da CONTRATANTE que acompanhará toda a execução do serviço até o encerramento do atendimento;
 - 4.11.4.8. Deve ser disponibilizado pela CONTRATADA ou fabricante sistema WEB online que permita a geração de relatórios dos chamados;
 - 4.11.4.9. Os relatórios deverão apresentar, pelo menos, a identificação do chamado, o status (aberto, fechado ou suspenso), a localidade de abertura, data/hora de abertura do chamado, tempo de atendimento, tempo de resolução, identificação dos equipamentos ou softwares que apresentaram defeito e procedimentos executados para correção do problema, bem como outras anotações pertinentes. As pesquisas deverão ser disponibilizadas através do nome do equipamento, do número serial ou da identificação do chamado (ordem de serviço, por exemplo);
 - 4.11.4.10. Somente após o ateste do profissional da CONTRATANTE o chamado poderá ser considerado concluído.
- 4.11.5. **Atendimento Presencial**
 - 4.11.5.1. O chamado técnico que ensejar o reparo de equipamentos, troca de peças, atualização de software ou a aplicação de patches, deverá ser atendido na modalidade on-site. Essa lista é meramente exemplificativa, de tal forma que quaisquer outras atividades que demandem a intervenção de um técnico devam ser executadas localmente, no ambiente da CONTRATANTE, para cumprimento dos prazos estabelecidos para resolução de problemas relatados nos chamados de suporte técnico;
 - 4.11.5.2. O atendimento on-site (garantia e suporte técnico) deverá ser prestado 24x7, 365 dias por ano na localidade onde o equipamento estiver instalado, podendo ser na Sede da ANTAQ, em Brasília/DF.
 - 4.11.5.3. Poderão ser acordados entre a CONTRATANTE e CONTRATADA outros dias e horários para atendimentos presenciais a depender da severidade do chamado.
 - 4.11.5.4. O prazo máximo para solução dos chamados de alta criticidade será de 24 horas corridas após a abertura do chamado.
 - 4.11.5.5. Entende-se como chamado de alta criticidade qualquer fator que aumente o risco de indisponibilidade do equipamento, tais como: necessidade de reparo ou substituição de peças, indisponibilidade do equipamento, falhas de segurança, alertas.
 - 4.11.5.6. O prazo máximo para solução dos chamados que não forem de alta criticidade será de 48 horas após a abertura do chamado.

Severidade do Chamado	Tempo máximo para solução do chamado
Alta Criticidade (Substituição de Peças, Indisponibilidade do Equipamento, Falhas de Segurança, alertas, entre outros)	24 horas após a abertura do chamado
Outras	48 horas após a abertura do chamado

Tabela 1 - Níveis mínimos de resposta da garantia e do suporte técnico

- 4.11.6.

Suporte Remoto

4.11.6.1.

O suporte técnico também inclui o suporte remoto 24x7, 365 dias por ano fornecidos pela CONTRATADA e/ou pelo fabricante;

4.11.6.2.

Entende-se por suporte remoto aquele prestado por telefone, e-mail, chat ou qualquer outro meio utilizado pelo técnico da CONTRATADA ou Fabricante para instruir a equipe técnica da ANTAQ, desde que não seja necessária a presença daquele técnico nas dependências da CONTRATANTE;

4.11.6.3.

O suporte remoto não implica em acesso remoto aos equipamentos/software instalados no ambiente da CONTRATANTE.

4.11.6.4.

Os níveis mínimos de serviço para o atendimento remoto são os mesmos do atendimento presencial.
- 4.11.7.

Reposições de Equipamentos e Peças

4.11.7.1.

Na reposição de qualquer equipamento homologado, durante a vigência do contrato, havendo a descontinuidade tecnológica do modelo fornecido, a CONTRATADA deverá substituí-lo por um que atenda as especificações exigidas no edital ou superior;

4.11.7.2.

A garantia compreenderá também a reposição de peças danificadas;

4.11.7.3.

Durante o prazo de garantia será substituída, sem ônus para a CONTRATANTE, a parte ou peça defeituosa, após a conclusão do respectivo analista de atendimento de que há a necessidade de substituir uma peça ou recolocá-la no sistema, salvo quando o defeito for provocado por uso inadequado;

4.11.7.4.

Fornecimento de peças novas e originais para todos os componentes dos equipamentos da solução, ainda que o erro ou defeito tenha sido causado por desgaste natural. Por peças originais, entendem-se peças fornecidas pelo fabricante do equipamento;

4.11.7.5.

A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não gera quaisquer ônus para a contratante. Toda e qualquer peça ou componente consertado ou substituído, fica automaticamente garantido até o final do prazo de garantia do objeto;

4.11.7.6.

Durante o prazo de vigência do suporte técnico, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer equipamento, peça ou software que apresente defeito, ainda que decorra do desgaste natural;

4.11.7.7.

Caso algum módulo ou componente de programa ou do equipamento seja descontinuado, deverá ser fornecido, sem custo adicional, para fins de atualização, outro com configuração que lhe confira toda a funcionalidade da versão anterior ou da última atualização fornecida.

4.11.7.8.

As peças substitutas deverão ser novas e de primeiro uso, devendo apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento, salvo nos casos fundamentados por escrito e aceitos pela CONTRATANTE;

4.11.7.9.

Caso um equipamento da solução falhe recorrentemente mais de 3 (três) vezes, pelo mesmo motivo, ficando constatado que não está atendendo efetivamente a demanda, em um período de 30 (trinta) dias, o mesmo deverá ser substituído pela CONTRATADA por um equipamento equivalente, com características similares ou superiores ao equipamento retirado, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

4.11.7.10.

A substituição deve ocorrer em até 72h (setenta e duas horas) após a 4ª comunicação do problema;

4.11.7.11.

É de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de todos os recursos necessários para o atendimento deste item, bem como para o cumprimento dos níveis de serviço determinados neste instrumento;
- 4.11.8.

Upgrades e Expansões

4.11.8.1.

A garantia e o suporte técnico contratados devem permitir que a CONTRATANTE instale placas de expansão, tais como placa de rede, ou adicionar unidades de disco rígido ou SSD, bem como se alterar a capacidade de memória RAM do equipamento sem prejuízo da garantia desde que seguindo as boas práticas do fabricante do equipamento;
- 4.12.

Requisitos de Experiência Profissional

4.12.1.

Não se aplica para o objeto da presente contratação.
- 4.13.

Requisitos de Formação da Equipe

4.13.1.

Não se aplica para o objeto da presente contratação.
- 4.14.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.14.1.

Por se tratar de aquisição de bens comuns, os equipamentos serão fornecidos em quantidades e unidades de acordo com o quantitativo estabelecido no contrato ou na ordem de fornecimento de bens e nota de empenho;

4.14.2.

A entrega da solução deve ser planejada de acordo com a disponibilidade de ambas as partes, podendo ser agendada remotamente através de telefone ou e-mail;

4.14.3.

Os produtos deverão ser entregues, acompanhados de Nota Fiscal/Fatura na Agência Nacional de Transportes Aquaviários, situada no SEPN Quadra 514, Conjunto “E”, Edifício ANTAQ, CEP: 70760-545 – Brasília – DF, em dia útil, no período das 8 às 18 horas;
- 4.15.

Requisitos de Segurança da Informação

4.15.1.

A CONTRATADA deve executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)).

4.15.2.

A CONTRATADA deverá submeter-se aos procedimentos contidos nas normas de segurança corporativa da ANTAQ, em todos os eventos em que for necessária a presença de seus prepostos e/ou funcionários nas dependências da CONTRATANTE.

4.15.3.

A CONTRATADA deve guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo entregar assinados o Termo de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;

4.15.4.

A CONTRATADA deverá assinar e entregar, na Reunião Inicial, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (TCMS) e providenciar a assinatura do Termo de Ciência por todos os seus colaboradores que estejam relacionados com a execução do objeto.
- 4.16.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.16.1.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a entrega dos bens e prestação do serviço.

4.16.2.

Os requisitos técnicos estão detalhados no Documento de Especificação Técnica no ANEXO A deste Termo de Referência.

5.1. Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- 5.1.9. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;
- 5.1.10. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.1.11. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 5.1.12. Realizar, quando aplicável, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar (fase licitatória), para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;
- 5.1.13. Permitir o acesso às dependências da ANTAQ, dos técnicos, da CONTRATADA, responsáveis pela execução dos serviços. Quando nas dependências da CONTRATANTE os técnicos ficarão sujeitos às normas internas de segurança, inclusive aquelas referentes à identificação, trajas, trânsito e permanência em suas dependências;
- 5.1.14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos da empresa CONTRATADA;

5.2. Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

- 5.2.1. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 10 dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representar a contratada, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).
- 5.2.10. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;
- 5.2.11. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;
- 5.2.12. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.2.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 5.2.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 5.2.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 5.2.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.2.17. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo assinar Termo de Confidencialidade, cujo modelo está no ANEXO C – MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE e orientar seus empregados nesse sentido.
- 5.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 5.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 5.2.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 5.2.21. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da ANTAQ;
- 5.2.22. Manter, ainda, os seus empregados (prestadores de serviços) e prepostos identificados por crachá, quando em trabalho, devendo substituir imediatamente qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares da ANTAQ;

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1. Rotinas de Execução

- 6.1.1. O Prazo de entrega da solução será de até 60 dias corridos, contados a partir da Assinatura do Contrato;
- 6.1.2. Os produtos deverão ser entregues, acompanhados de Nota Fiscal/Fatura na Agência Nacional de Transportes Aquaviários, situada no SEPN Quadra 514, Conjunto “E”, Edifício ANTAQ, CEP: 70760-545 – Brasília – DF, em dia útil, no período das 8 às 18 horas;
- 6.1.3. Eventualmente, tarefas excepcionais poderão ser executadas fora do horário especificado, desde que previamente acordado com a CONTRATANTE;
- 6.1.4. Caso os bens sejam importados, deve-se comprovar, no momento da entrega do objeto, a origem dos bens oferecidos e a quitação dos tributos de importação.

- 6.1.5. O prazo da vigência da garantia técnica será de 60 (sessenta) meses contados a partir do recebimento definitivo da solução.
- 6.1.6. O prazo da vigência do contrato será de 60 meses contados a partir da data de sua assinatura.
- 6.1.7. **Documentação mínima exigida**
- 6.1.7.1. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência (datasheets) contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração;
- 6.1.7.2. CONTRATADA deverá fornecer documentação completa da solução, incluindo orientações de instalação, especificação do equipamento, características e funcionalidades;
- 6.1.8. **Papeis e responsabilidades da contratante e contratada na execução contratual**
- 6.1.8.1. Preposto - É o representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução contratual e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 6.1.8.2. Fiscal técnico do contrato - É o servidor representante da área de tecnologia da informação da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos técnicos da contratação e pelas seguintes atribuições:
- 6.1.8.3. Confecção e assinatura do termo de recebimento provisório quando da entrega do objeto resultante de cada ordem de serviço ou de fornecimento de bens;
- 6.1.8.4. Avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e de justificativas existentes, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos;
- 6.1.8.5. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejaram a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação técnica;
- 6.1.8.6. Identificação das ocorrências de não conformidade com os requisitos estabelecidos.
- 6.1.8.7. Fiscal administrativo do contrato - É o servidor representante da Área Administrativa da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos administrativos da contratação e pelas seguintes atribuições:
- 6.1.8.8. Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejaram a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação;
- 6.1.8.9. Verificação de aderência aos termos contratuais;
- 6.1.8.10. Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.
- 6.1.8.11. Fiscal requisitante do contrato - É o servidor representante da área requisitante da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do ponto de vista funcional da solução de tecnologia da informação e pelas seguintes atribuições:
- 6.1.8.12. Confecção e assinatura do termo de recebimento definitivo, juntamente com o gestor do contrato, para fins de encaminhamento para pagamento com base nas informações produzidas;
- 6.1.8.13. Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação.
- 6.1.8.14. Gestor do contrato - É o servidor da CONTRATANTE com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, sendo responsável por:
- 6.1.8.15. Encaminhamento das demandas de correção à contratada;
- 6.1.8.16. Encaminhamento de indicação de sanções para Área Administrativa da contratante;
- 6.1.8.17. Autorização para emissão de nota(s) fiscal(is), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da contratada;
- 6.1.8.18. Encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual;
- 6.1.8.19. Manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica;
- 6.1.8.20. Aprovação e priorização junto à CONTRATADA das demandas de serviços a serem atendidas.
- 6.1.9. Os Testes de Conformidade terão por fim comprovar que os produtos entregues atendem a todas as especificações contidas no Termo de Referência e na proposta comercial;
- 6.1.10. Caso algum item seja recusado, a CONTRATADA terá 10 (dez) dias corridos para providenciar, às suas expensas, a substituição do item. Neste caso a CONTRATANTE terá novo prazo para realização dos testes de conformidade.
- 6.1.11. Após a assinatura do Contrato e as nomeações do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a reunião inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus Anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da entrega dos bens e execução dos serviços.
- 6.1.12. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN nº 01/2019 SGD/ME e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da CONTRATANTE.
- 6.1.13. A pauta desta reunião observará, pelo menos, a apresentação do preposto da empresa pelo representante legal da Contratada. A carta de apresentação do preposto deverá conter os dados de identificação do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.
- 6.2. **Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**
- 6.2.1. O quantitativo de bens e os serviços estão descritos no item 2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC.
- 6.3. **Mecanismos formais de comunicação**
- 6.3.1. Toda a comunicação entre a CONTRATANTE e o CONTRATADO deverá ser, em regra, formal, exceto em casos excepcionais que justifiquem outra forma de comunicação.
- 6.3.2. Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra será feita por escrito e considerar-se-á efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços indicados no instrumento convocatório e nas propostas comerciais dos licitantes, ou outro endereço indicado por escrito pela contratada;
- 6.3.3. Serão considerados mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a contratada e a ANTAQ todos aqueles definidos pela legislação em vigor, tais como e-mail, ofício, carta, fax ou meio informatizado que armazene o histórico da tramitação das solicitações e respostas;
- 6.3.4. A CONTRATADA deverá prestar, ainda, serviço de atendimento telefônico via ligação local, e/ou serviço web para registro e abertura de ocorrências, das quais deverá constar um número de registro. Os números de telefones e endereços eletrônicos informados passam a constituir mecanismos formais de comunicação.
- 6.4. **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**
- 6.4.1. A CONTRATADA deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pela CONTRATANTE a tais documentos.
- 6.4.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS B e D.

- 7.1. **Critérios de Aceitação**
- 7.1.1. **Para o recebimento dos bens**
- 7.1.1.1. Todos os componentes da solução deverão ser compatíveis entre si e com suas funcionalidades, sem a utilização de adaptadores, fresagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas, ou quaisquer outros procedimentos alternativos, ou utilizar materiais inadequados ou que forcem adaptações que sejam físicas ou logicamente incompatíveis;
- 7.1.1.2. Os componentes internos deverão ser montados, homologados e testados (individualmente e em conjunto) pelo fabricante, ou seja, não será aceita nenhuma alteração que comprometa o desempenho ou a durabilidade do equipamento;
- 7.1.1.3. O número de série de cada equipamento deve ser único, afixado em local visível na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém;
- 7.1.1.4. A CONTRATADA deverá garantir que todos os componentes dos produtos sejam novos e de primeiro uso e que estejam em linha de produção durante a vigência do contrato. Sendo permitida a oferta de equipamentos comprovadamente superiores, pelo mesmo preço, no caso de indisponibilidade do originalmente proposto;
- 7.1.1.5. Será aferido se a solução atende às exigências estabelecidas no Documento de Especificações Técnicas (ANEXO A).
- 7.1.1.6. A aceitação dos bens objeto de cada item deste edital será feita mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD) quando da entrega, instalação, ativação e configuração de todos os equipamentos, que devem ser disponibilizados com respectiva interface de rede de gerenciamento conectada e acessível pela rede da ANTAQ.
- 7.1.1.7. Os templates utilizados para a emissão dos termos de recebimento provisório e definitivo serão os divulgados pelo Ministério da Economia segundo a IN SGD/ME Nº 1/2019.
- 7.1.1.8. A equipe técnica da ANTAQ fará a checagem da devida conformidade entre os bens e componentes de cada Item fornecido com a respectiva proposta técnica do licitante vencedor do Item e com os requisitos exigidos no documento Anexo A “Especificações Técnicas da Solução de TI”, incluídas as comprovações de garantia e suporte técnicos contratados e ativados.
- 7.1.2. **Para a Garantia Técnica**
- 7.1.2.1. A abertura de chamado técnico será feita por profissional da CONTRATANTE que acompanhará toda a execução do atendimento até o seu encerramento;
- 7.1.2.2. A CONTRATADA deverá notificar oficialmente a conclusão do atendimento no momento do fechamento de cada chamado;
- 7.1.2.3. As áreas técnica e requisitante da CONTRATANTE farão a verificação da adequação dos serviços prestados aos requisitos gerais e específicos estabelecidos, bem como aos critérios de aceitação;
- 7.1.2.4. Em caso de encerramento indevido de um chamado, sem que o problema seja adequadamente resolvido, ou seja, em que forem verificados vícios, incorreções ou erros grosseiros, a CONTRATADA será notificada e os prazos do chamado continuarão sendo contados até que o problema seja de fato resolvido;
- 7.1.2.5. A comunicação pela CONTRATADA de que o chamado foi concluído ensejará análise e ateste do profissional que acompanhou a execução do atendimento;
- 7.1.2.6. Somente após o ateste do profissional da CONTRATANTE o chamado poderá ser considerado concluído;
- 7.1.2.7. Os chamados não concluídos dentro dos prazos especificados serão contabilizados para fins de aplicação das penalidades;
- 7.2. **Procedimentos de Teste e Inspeção para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo**
- 7.2.1. Os procedimentos de avaliação e as inspeções de adequação aos requisitos exigidos a serem realizadas para fins de elaboração do Termo de Recebimento Definitivo abrange o rol exemplificativo abaixo:
- 7.2.1.1. Inspeção física aos equipamentos servidores nos datacenters para checagem das instalações e avaliação audiovisual dos sinalizadores de atividade para assegurar correto funcionamento;
- 7.2.1.2. Acesso via web browser à console de gerenciamento remoto de cada equipamento para avaliar indicadores de atividade e eventuais alertas de falha;
- 7.2.2. Checagem via console de gerenciamento remoto dos componentes de hardware de cada equipamento servidor para:
- 7.2.2.1. Assegurar que os quantitativos destes componentes estão de acordo com o estabelecido para cada tipo de equipamento no Anexo A - Especificações Técnicas e na proposta técnica do licitante vencedor;
- 7.2.2.2. Certificar que as características técnicas destes componentes estão em conformidade com os requisitos exigidos para cada tipo de equipamento;
- 7.2.2.3. Confirmar que os equipamentos de um mesmo Item têm modelos e componentes de hardware iguais entre si.
- 7.2.3. Verificar se há licenças necessárias, se for o caso, para a utilização de todas as funcionalidades oferecidas pelos servidores;
- 7.2.4. Assegurar, mediante consulta a site web do fabricante, que há garantia ativa com cobertura dos requisitos e prazos solicitados para cada equipamento de cada Item do objeto;
- 7.2.5. Eventual recusa no recebimento de bem(ns) de quaisquer dos Itens será comunicada à Contratada, com as devidas justificativas. Neste caso a Contratada deverá corrigir ou substituir o(s) bem(ns) que deu(deram) causa à situação levantada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação.
- 7.3. **Níveis Mínimos de Serviço Exigidos**
- 7.3.1. Os níveis mínimos de serviços exigidos foram inseridos no item 4.11 Requisitos de Garantia e Manutenção.
- 7.4. **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**
- 7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 7.4.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- 7.4.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 7.4.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 7.4.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 7.4.1.5. cometer fraude fiscal.
- 7.4.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 7.4.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 7.4.2.2. **Multa**, conforme a tabela de ocorrências e sanções.
- 7.4.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 7.4.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 7.4.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 7.4.2.6. As sanções previstas nos subitens 7.4.2.1, 7.4.2.3, 7.4.2.4 e 7.4.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 7.4.2.7. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 7.4.2.8. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 7.4.2.9. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

7.4.2.10. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.2.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.2.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

7.4.2.13. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4.2.14. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.4.2.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.2.16. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.4.2.17. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.2.18. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4.2.19. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.4.2.20. Nos casos de inadimplemento na entrega dos bens ou prestação dos serviços, as ocorrências serão registradas pela CONTRATANTE que notificará a CONTRATADA, conforme a tabela a seguir:

Id	Ocorrência	Sanção
A1	Atraso injustificado de até 10 (dez) dias na entrega dos bens.	Advertência.
A2	Atraso injustificado superior a 10 (dez) dias na entrega dos bens.	Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação. + Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias.
B1	Entrega em quantidade inferior àquela prevista no edital.	Advertência.
C1	Atraso de até 10 (dez) dias na substituição de produtos rejeitados no recebimento provisório.	Advertência.
C2	Atraso superior a 10 (dez) dias na substituição de produtos rejeitados no recebimento provisório.	Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação. + Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias.
D1	Atraso de até 2 (dois) dias úteis no atendimento dos prazos previstos para a garantia técnica.	Advertência.
D2	Atraso superior a 2 (dois) dias úteis no atendimento dos prazos previstos para a garantia técnica.	Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação. + Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso sobre o valor total da contratação. Limite: 10 (dez) dias.
E1	Deixar de entregar os bens. Caracterizada inexecução total do contrato	Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação. + Rescisão do contrato

7.5. Do Pagamento

7.5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 10 (dez) dias, contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura.

7.5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.5.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.5.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.5.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.5.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.5.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
$$I = \frac{(6 / 100)}{365} = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

- 8.1. Os preços contidos na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro, assistência técnica e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Termo de Referência e Anexos, sendo quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, considerados inclusos nos preços, não podendo ser cogitado pleito de acréscimo, a esse ou qualquer título, devendo o objeto ser fornecido sem ônus adicionais.
- 8.2. O custo estimado da contratação é de R\$ 1.004.022,33 (um milhão, quatro mil vinte e dois reais e trinta e três centavos). Os valores máximos estimados são detalhados na seguinte tabela:

Item	CATMAT	Descrição	Quant	Valor Unitário Máximo aceitável para cada equipamento	Valor Máximo Aceitável Global (R\$)
1	481693	Servidor tipo rack	4	R\$ 251.005,58	R\$ 1.004.022,33

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 9.1. A despesa decorrente do fornecimento do objeto correrá à conta de dotação orçamentária já alocada no orçamento da ANTAQ. As informações de dotação orçamentária serão inseridas nos autos, pelo setor responsável, antes da publicação do Edital.

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 10.1. O contrato vigorará por 60 (sessenta) meses, contados a partir da data da sua assinatura.

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

- 11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 11.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços contratados serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Custos da Tecnologia da Informação (ICTI) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

- 12.1.1. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço unitário.
- 12.1.2. O tipo e critério de julgamento da licitação é o MENOR PREÇO UNITÁRIO POR ITEM para a seleção da proposta mais vantajosa.
- 12.1.3. De acordo com o §1º do Art. 1º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA.
- 12.1.4. Trata-se de aquisição de bens comuns a serem contratados mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 12.1.5. Justificativa para o Pregão Eletrônico
- 12.1.5.1. Os bens/serviços classificam-se como comuns pelo fato de que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, conforme parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- 12.1.6. Os critérios de aceitabilidade de preços será o preço máximo estimado unitário.
- 12.1.7. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário por item.
- 12.1.8. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 12.1.9. Será considerada vencedora a proposta de MENOR VALOR UNITÁRIO, desde que atendidas todas as exigências contidas neste Termo de Referência e no Edital do Pregão.
- 12.1.10. A licitante deverá apresentar juntamente com sua proposta comercial, comprovação de que o equipamento proposto atende a cada um dos requisitos especificados no ANEXO A - Especificações Técnicas.
- 12.1.10.1. Tal comprovação deverá se dar por meio de indicação de documento público (eletrônico ou impresso) e da numeração da página (ou localização no texto), por meio do qual a equipe técnica da CONTRATANTE possa confirmar tais argumentos, conforme modelo abaixo:

Anexo A - Especificações Técnicas	Documento (anexo impresso ou sítio da internet)	Página
1. CARACTERÍSTICAS GERAIS		
1.1 Os equipamentos, componentes e acessórios entregues à ANTAQ, deverão ser novos, de primeiro uso e constar no anúncio mais recente do fabricante. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados, reformados, recondicionados, fora de linha de fabricação ou de demonstração.		
2. GABINETE		

2.1	Gabinete para instalação em rack de 19” através de sistema de trilhos deslizantes;	
...		

- 12.1.10.2. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de diligenciar, após apresentação da proposta, o fornecedor e/ou fabricante para comprovação, em equipamentos similares, das informações prestadas na proposta e nas tabelas.
- 12.2. Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

12.2.1. O agrupamento em único grupo para este tipo de objeto é comum e praxe na Administração Pública. O desagrupamento dos itens traria prejuízos administrativos e técnicos à Agência. É imprescindível que todos os bens de um mesmo item sejam idênticos, do mesmo modelo e do mesmo fornecedor.

12.2.2. A presente contratação não reservará cota do objeto para microempresas e empresas de pequeno porte pois não seria vantajoso para a administração pública e representaria prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado. O quantitativo de Fiscais é reduzido e sobrecarregado e a gestão de vários contratos para uma única solução aumentaria os riscos administrativos e técnicos.

12.2.3. Será garantido o direito de preferência, conforme regras do Edital.
- 12.3. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

12.3.1. A empresa vencedora deverá apresentar, nos termos do Art. 30, inciso II, da Lei 8.666/93, um ou mais Atestados de Capacidade Técnico-Operacional, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a entrega de bens similares aos que se pretende adquirir;

12.3.1.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) demonstrar a capacidade técnica da LICITANTE em fornecer produtos similares ao objeto especificado com no mínimo 50% das quantidades previstas no edital;

12.3.1.2. Serão considerados equipamentos similares ao que se pretende contratar, servidores com configurações de processador, memória e armazenamento iguais ou superiores aos especificados para cada item.

12.3.1.3. Será aceito o somatório de atestados para fins de comprovação dos quantitativos;

12.3.1.4. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato;

12.3.1.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado da emitente, contendo a identificação do signatário, nome, endereço, telefone e, se for o caso, correio eletrônico, para contato e deve(m) indicar as características dos bens entregues pela LICITANTE;

12.3.2. A Administração poderá realizar diligências nos termos do art. 43, §3, da Lei n. 8.666/93, e em consonância com as orientações e determinações do Tribunal de Contas da União, momento em que será(ão) validada(s) as informações constantes dos atestados;

12.3.3. No caso de atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente. Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente;
13. CONSÓRCIOS

13.1. Não será admitida a participação de empresas em regime de consórcio. Para esta contratação não há motivos que justifiquem a participação de empresas consorciadas, pois se trata de fornecimento de uma solução comumente fornecida no mercado por diferentes fornecedores, sem qualquer complexidade que justifique cooperação de duas ou mais empresas para sua entrega, ou seja, os produtos a serem fornecidos, não pressupõem multiplicidade de atividades empresariais distintas.
14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14.1.1. A garantia e o suporte técnico da fabricante não caracteriza subcontratação.
15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
16. GARANTIA DA EXECUÇÃO

16.1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

16.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

16.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

16.2.2. seguro-garantia;

16.2.3. fiança bancária.

16.3. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do contratante.

16.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

16.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

16.6. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

16.7. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (artigo 56, §4º da Lei nº 8666/93).
17. DOS ANEXOS

17.1. ANEXO A – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

17.2. ANEXO B – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

17.3. ANEXO C – MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

- 17.4. ANEXO D – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE
- 17.5. ANEXO E – MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO
- 17.6. ANEXO F – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

ANEXO A – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

1.1 Os equipamentos, componentes e acessórios entregues à ANTAQ, deverão ser novos, de primeiro uso e constar no anúncio mais recente do fabricante. Não serão aceitos equipamentos usados, remanufaturados, reformados, reconicionados, fora de linha de fabricação ou de demonstração.

2. GABINETE

2.1 Gabinete para instalação em rack de 19” através de sistema de trilhos deslizantes;

2.2 Altura máxima de 4U;

2.3 Deve possuir botão liga/desliga na parte frontal do equipamento;

2.4 Possuir display ou leds indicativos no painel frontal do gabinete para exibição de alertas de falhas dos componentes internos, tais como falhas de memória RAM, fontes de alimentação, disco rígido e ventilador;

2.5 Deverá ser entregue junto com o servidor um kit de fixação para rack, do tipo retrátil, permitindo o deslizamento do servidor e a organização dos cabos de alimentação e dados a fim de facilitar sua manutenção;

2.6 Deve possuir sistema de ventilação redundante e hot-pluggable para que a CPU suporte a configuração máxima e dentro dos limites de temperatura adequados para o perfeito funcionamento do equipamento, e que permita a substituição mesmo com o equipamento em funcionamento.

3. FONTE DE ALIMENTAÇÃO

3.1 Os servidores deverão possuir, no mínimo, de 2 (duas) fontes, sendo que cada fonte deverá suportar o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes;

3.2 As fontes deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;

3.3 As fontes de alimentação devem possuir certificação 80 PLUS, no mínimo, na categoria PLATINUM.

3.4 A potência das fontes deverá suportar, além da configuração mínima exigida, também os limites de upgrade (memória, discos, HBA, etc);

3.5 As fontes devem possuir tensão de entrada de 100VAC a 240VAC a 60Hz, com ajuste automático de tensão;

3.6 Deverá acompanhar cabo de alimentação padrão NBR 14136 para cada fonte de alimentação fornecida.

4. PROCESSADOR

4.1 Equipado com 2 (dois) processadores de, no mínimo, 20 (vinte) núcleos cada e de, no mínimo, 40 (quarenta) threads cada, com arquitetura 64 bits e suporte a virtualização;

4.2 Frequência de clock interno de no mínimo 2.3 GHz;

4.3 Controladora de memória com suporte a DDR4 de no mínimo 2666 MT/s, oferecendo no mínimo 8 canais de memória;

4.4 Link de comunicação do processador com o restante do sistema de no mínimo 10.4 GT/s;

4.5 Memória cache L3 de no mínimo 30 MB;

5. MEMÓRIA RAM

5.1 Com, no mínimo, 1024GB em Módulos de memória RAM tipo DDR4 RDIMM (Registered DIMM) ou LRDIMM (Load Reduced DIMM) com tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code) e velocidade de, no mínimo, 2666 MT/s;

5.2 Para melhor performance, os módulos devem estar distribuídos de forma balanceada e que ocupem todos os canais de memória disponível no processador.

5.3 Deve preencher todos os canais de memória dos processadores com pentes do mesmo tamanho totalizando, no mínimo, 1024GB.

5.4 Os módulos de memória deverão ser fornecidos com capacidade idêntica;

6. CIRCUITOS INTEGRADOS (CHIPSET) E PLACA MÃE

6.1 Possuir, no mínimo, 5 (cinco) slots PCI Express 3.0 ou superior;

7. CONTROLADORA DE VIDEO

7.1 Os servidores devem possuir controladora de vídeo do tipo on board (integrado na placa mãe);

7.2 Capacidade da memória cache de vídeo ou da placa de vídeo: mínimo de 16 MB (dezesseis megabytes);

7.3 Resolução gráfica de 1280 x 1024 pixels ou superior.

8. BIOS E SEGURANÇA

8.1 A BIOS deve possuir o número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada podendo ser consultada por software de gerenciamento, como número de propriedade e de serviço;

8.2 A BIOS deve possuir opção de criação de senha de acesso, senha de administrador ao sistema de configuração do equipamento;

8.3 A BIOS deve ser atualizável por software;

8.4 As atualizações de BIOS/UEFI devem possuir (assinatura) autenticação criptográfica segundo as especificações NIST SP800-147B.

8.5 Deve possuir funcionalidade de recuperação de estado da BIOS/UEFI a uma versão anterior gravada em área de memória exclusiva e destinada a este fim, de modo a garantir recuperação em caso de eventuais falhas em atualizações ou incidentes de segurança.

8.6 Deverá ser fornecido com Módulo TPM 2.0;

8.7 Deverá emitir alerta de abertura do gabinete;

9. PORTAS DE COMUNICAÇÃO

9.1 Todos os conectores das portas de entrada/saída devem ser identificados pelos nomes ou símbolos;

9.2 Possuir 2 (duas) interfaces USB sendo, no mínimo, uma destas interfaces no padrão 3.0;

9.3 Possuir, no mínimo, 1 (uma) porta de vídeo padrão VGA (DB-15) ou HDMI ou Displayport;

10. INTERFACE DE REDE 1GbE

10.1 Possuir 04 (quatro) interfaces de rede 1Gb para conector RJ-45;

10.2 Suportar taxa de transferência de 100/1000BASE-T

10.3 IEEE 802.3ab;

- 10.4 Suporte a autonegociação;
- 10.5 Suporte a VLANs 802.1q e VLAN tagging;
- 10.6 Suporte a agregação de tráfego (IEEE 802.3ad);
- 10.7 Suporte a jumbo frame;
- 10.8 Suporte à controle de fluxo 802.3x;
- 10.9 Indicador (LED) de atividade da rede;
- 10.10 Capacidade de operação full-duplex;
- 10.11 Essas interfaces não serão utilizadas para o gerenciamento.

11. INTERFACES DE REDE 10G SFP+

- 11.1 Cada servidor deve possuir, no mínimo, 4 (quatro) portas (slots) SFP+ 10 Gb.
- 11.2 Deve acompanhar 4 (quatro) cabos DAC SFP+ Twinax 10 Gb de, no mínimo, 5 (cinco) metros cada.

12. INTERFACES FIBRE CHANNEL

- 12.1 Cada servidor deve possuir, no mínimo, 4 (quatro) portas Fibre Channel para cabos com conector tipo LC duplex;
- 12.2 Deve suportar Fibre Channel classes 2 e/ou 3;
- 12.3 Permite ligações de 8 Gb/s e 16 Gb/s;
- 12.4 Operar em modo full-duplex;
- 12.5 Suporte a balanceamento de carga de I/O;
- 12.6 Deve acompanhar 4 (quatro) cabos de fibra óptica com conector tipo LC duplex de, no mínimo, 5 (cinco) metros cada.

13. CONTROLADORA RAID

- 13.1 Controladora RAID compatível com discos rígido padrão SAS 12Gb/s e SATA 6Gb/s;
- 13.2 Memória cache de, no mínimo, 4GB (quatro gigabytes);
- 13.3 Suportar e implementar RAID 0, 1, 5, 6 e 10;
- 13.4 Suportar expansão de capacidade de formatação on-line;
- 13.5 Permita detecção e recuperação automática de falhas e reconstrução, também de forma automática, dos volumes de RAID sem impacto para as aplicações;
- 13.6 Suporte a recursos de hot-plug/hot-swap e hot-spare para as unidades de disco;
- 13.7 Suportar migração de nível de RAID;
- 13.8 Suportar Self-Monitoring Analysis and Reporting Technology (SMART).

14. ARMAZENAMENTO

- 14.1 Cada servidor deve possuir, no mínimo, 4 (quatro) unidades de discos SSD (Solid State Drive) com capacidade de, no mínimo, 400GB (quatrocentos gigabytes) cada;
- 14.2 Os discos SSDs deverão possuir interface SAS com discos no formato de 2,5 polegadas ou interface NVMe, devendo todos os discos serem da mesma tecnologia (todos SAS ou todos NVMe);
- 14.3 Os discos deverão possuir interface de no mínimo 12 Gbps (doze gigabits por segundo);
- 14.4 Os dispositivos SSD deverão ser do tipo hot plug e hot swap, que permita sua substituição sem necessidade de desligar o equipamento, garantindo a continuidade das operações sem impacto para as aplicações;
- 14.5 Os discos e suas interfaces deverão ser compatíveis com o equipamento e com a controladora RAID descrita no item 13 deste anexo.

15. SISTEMA OPERACIONAL

- 15.1 O servidor deverá ser ofertado sem sistema operacional;
- 15.2 Acompanhar mídia de inicialização e configuração do equipamento contendo todos os drivers de dispositivos de forma a permitir a fácil instalação do equipamento;
- 15.3 O fabricante deve disponibilizar no seu respectivo web site, download gratuito de todos os Drivers dos dispositivos, BIOS e Firmwares para o equipamento ofertado;
- 15.4 O modelo do equipamento ofertado deverá suportar o sistema operacional Windows Server 2016 ou superior. Esse item deverá ser comprovado através do HCL (Hardware Compatibility List) da Microsoft no link: <http://www.windowsservercatalog.com>;

16. GERENCIAMENTO

- 16.1 O equipamento deve possuir solução de gerenciamento dos recursos de hardware e software com capacidade de prover as seguintes funcionalidades:
 - 16.1.1 Possuir software de gerência, com capacidade de gerenciamento remoto de um único equipamento (1:1) e vários equipamentos (1:N);
 - 16.1.2 O equipamento deve possuir interface de rede dedicada para gerenciamento que suporte nativamente a atribuição de endereçamento IP dinâmico;
 - 16.1.3 Permitir o monitoramento remoto de todo o hardware, das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs e ventiladores;
 - 16.1.4 Suportar os protocolos de criptografia SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI;
 - 16.1.5 Emitir alertas de anormalidade de hardware através do software de gerência e suportar o encaminhamento via e-mail e trap SNMP;
 - 16.1.6 Suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory/LDAP;
 - 16.1.7 Permitir o controle remoto da console do servidor do tipo virtual KVM out-of-band, ou seja, independente de sistema operacional ou software agente;
 - 16.1.8 Permitir a captura de vídeo ou tela de situações de falhas críticas de sistemas operacionais e inicialização do sistema (boot), possibilitando uma depuração mais aprimorada;
 - 16.1.9 As funcionalidades de gerenciamento e monitoramento de hardware devem ser providas por recursos do próprio equipamento e independente de agentes ou sistema operacional;
 - 16.1.10 A interface de gerenciamento deve permitir visualização remota da tela e controle de teclado e mouse do servidor em padrão web, objetivando o controle e suporte remoto;
 - 16.1.11 Suportar os protocolos de gerenciamento, IPMI, SSH e SNMP v1,v2,v3;
 - 16.1.12 Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de deployment compatível com a solução ofertada;
 - 16.1.13 Permitir a detecção de pré-falhas dos componentes de hardware.
 - 16.1.14 Permitir ligar, desligar e reiniciar os servidores remotamente e independente de sistema operacional;
 - 16.1.15 Deve possuir recurso remoto que permita o completo desligamento e reinicialização (Hard-Reset) remoto do equipamento através da interface de gerência ou através de solução alternativa (Hardware/Software);
 - 16.1.16 Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede NFS/CIFS e dispositivos de armazenamento USB remotos;

16.1.17 Permitir acesso do tipo Console Virtual, do mesmo fabricante dos servidores ofertados, que permita gerenciar, monitorar e configurar parâmetros físicos dos servidores de forma remota e centralizada;

16.1.18 Suportar o monitoramento remoto do consumo de energia elétrica e temperatura dos servidores, através de exibição gráfica, e permitir gerenciar parâmetros de consumo de CPU, memória, IO e Motherboard, com geração de alertas;

16.2 Deve possibilitar o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou repositório local.

16.3 As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir a autenticidade.

17. ACESSÓRIOS

17.1 Deverão acompanhar todos os acessórios necessários para a correta montagem em racks de 19”, instalação, funcionamento, organização, comunicação e expansão, tais como: trilhos, suportes, conectores, parafusos, roscas, porcas, organizador de cabos, drivers, cabos de alimentação, cabos de dados, entre outros.

18. DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

18.1 Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração.

19. GARANTIA TÉCNICA

19.1 Devem ser fornecidos garantia técnica com suporte técnico total de 60 (sessenta) meses para todos os servidores, seus componentes e acessórios, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, não se limitando ao término da vigência contratual;

19.2 Os detalhes dos requisitos da garantia e suporte técnico foram listados no item **4.11. Requisitos de Garantia e Manutenção do Termo de Referência**.

ANEXO B – TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, expedido pela _____, CPF _____, declaro ter pleno conhecimento de minha responsabilidade junto à AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, em adotar medidas de segurança adequadas, no âmbito das minhas atividades, no que concerne a manter o sigilo sobre dados e/ou informações de natureza sigilosa ou sensível, tratados no âmbito da ANTAQ, relativo à prestação de serviço efetivo, bem como sobre todas as informações que, por força de minha função, venha a ser do meu conhecimento, comprometendo-me a guardar o sigilo necessário a que sou obrigado nos termos da legislação vigente, especialmente a citada, em anexo, do presente Termo.

Comprometo-me, ainda, a zelar pela proteção dos equipamentos, documentos, processos e sistemas de informação sob minha responsabilidade ou os quais me forem disponibilizados para uso, especialmente as informações constantes na base de dados dos Sistemas Corporativos de Informação da AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, fazendo-o em estrito interesse e razões do serviço desta Instituição.

A vigência da obrigação de manutenção do sigilo, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, será enquanto os dados e/ou informações estiverem classificados como sigilosos, ou, quando esta classificação for suspensão, mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa por autoridade competente para tal suspensão.

E por estar de acordo com o presente termo, assino-o na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

(local e data), ____/____/____.

Assinatura do Declarante

TESTEMUNHAS:

Nome: CPF:

Nome: CPF:

LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

1. CÓDIGO PENAL BRASILEIRO – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.
Art. 325 – Revelar fato que tenha ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação. Pena: detenção, de 6 meses a 2 anos, ou multa, se o fato não constitui crime mais grave. Artigos correlatos: 153, 154, 314, e 327 do Decreto-Lei n. 2.848/1940 (CPC)
2. LEI DE SEGURANÇA NACIONAL – Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983.
Art. 13 – Comunicar, entregar ou permitir a comunicação ou a entrega, a governo ou grupo estrangeiro, ou a organização ou grupo de existência ilegal, de dados, documentos ou cópias documentos, planos, códigos cifras ou assuntos que, no interesse de Estado brasileiro, são classificados como sigilosos. Pena: reclusão, de 03 a 15 anos. Artigos correlatos: 14 e 21
3. POLÍTICA NACIONAL DE ARQUIVO PÚBLICO – Lei nº 8.159, de 08 / 01 /1991
Art. 6º – Fica resguardado o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação do sigilo, sem prejuízo das ações penal, civil e administrativa. Artigos correlatos: 4º, 23, 25.
4. CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – Decreto-Lei nº 3.689/1941
Art. 207 – São proibidas de depor as pessoas que, em razão da função, ministério, ofício ou profissão, devam guardar segredo, salvo se, desobrigadas pela parte interessada, quiserem, quiserem dar o seu testemunho.
5. SALVAGUARDA DE DADOS, INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS E MATERIAIS SIGILOGOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE E DO ESTADO, no âmbito da Administração Pública Federal – Decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2002.
6. ACESSO A INFORMAÇÕES, Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Regulamentada pelo Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012.
7. NORMAS DE CONDUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS – Lei 8.027, de 12 de abril de 2011. Artigos : 1º, 2º, 3º, 4º, 5º
8. REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO – Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Artigos: 116, 117, 132, 243
9. CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO – Decreto nº 1.171, 22 de junho de 1994.
10. LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992. Artigo: 11, inciso III.
11. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Nome – CPF

ANEXO C - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

DAS PARTES:

Superintendência de Administração e Finanças da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, doravante denominada ANTAQ (LICITANTE)....., com sede na, nº, em - DF, inscrito(a) no CNPJ sob nº, neste ato representado(a) pelo(a) titular abaixo assinado(a) e identificado(a), doravante denominado(a) <LICITANTE>.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo de Confidencialidade define os direitos, obrigações e responsabilidades das Partes em relação à segurança dos ativos envolvidos e necessários à execução da manutenção da solução composta de hardware e software para pesquisa, análise estatística e mineração de dados.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEFINIÇÕES

1. Ativo

1.1. Qualquer coisa que tenha valor para as Partes, englobando:

- 1.1.1. Os ativos de informação, tais como, mas não se limitando a: base de dados e arquivos, contratos e acordos, documentação de sistema, informações sobre pesquisa, manuais de usuário, material de treinamento, procedimentos de suporte ou operação, planos de continuidade do negócio, procedimentos de recuperação, trilhas de auditoria e informações armazenadas;
- 1.1.2. Os ativos de software, tais como, mas não se limitando a: aplicativos, códigos fonte, sistemas, ferramentas de desenvolvimento e utilitários;
- 1.1.3. Os ativos físicos, tais como, mas não se limitando a: equipamentos computacionais, equipamentos de comunicação, mídias removíveis e outros equipamentos;
- 1.1.4. Os serviços, tais como, mas não se limitando a: serviços de computação e comunicações, utilidades gerais, por exemplo aquecimento, iluminação, eletricidade e refrigeração;
- 1.1.5. As pessoas e suas qualificações, habilidades e experiências;
- 1.1.6. Os intangíveis, tais como, mas não se limitando a reputação e a imagem da Parte.

2. Confidencialidade

2.1. Garantia de que a informação é acessível somente a Pessoas Autorizadas a terem acesso.

3. Informação

3.1. Significa toda e qualquer informação de natureza, mas não se limitando a, comercial, técnica, financeira, jurídica, operacional ou mercadológica sobre, mas sem se limitar a, análises, amostras, componentes, contratos, cópias, croquis, dados, definições, desenhos, diagramas, documentos, equipamentos, especificações, estatísticas, estudos, experiências, fluxogramas, fórmulas, fotografias, ideias, instalações, invenções, mapas, métodos e metodologias, modelos, pareceres, pesquisas, planos ou intenções de negócios, plantas ou gráficos, práticas, preços, custos e outras informações comerciais, processos, produtos atuais e futuros, programas de computador, projetos, testes ou textos repassada na forma escrita, oral, armazenada em qualquer mídia tangível ou intangível.

4. Informação Confidencial

4.1. Trata-se de qualquer informação identificada pela Parte Reveladora com a expressão “INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL”. Anotações e compilações baseadas em Informações Confidenciais devem ser consideradas como tais.

5. Informação Liberada

5.1. Trata-se da informação identificada pela Parte Reveladora com a expressão “INFORMAÇÃO LIBERADA” ou que:

- 5.1.1. Seja do conhecimento da Parte Receptora à época em que lhe for comunicada, desde que possa ser comprovado tal conhecimento prévio;
- 5.1.2. Antes de ser revelada, tenha se tornado do conhecimento do público por meio de fatos outros que não atos ilícitos praticados por uma das Partes ou por seus representantes ou empregados;
- 5.1.3. Tenha sido recebida legitimamente de terceiro sem restrição à revelação e sem violação a obrigação de sigilo direta ou indiretamente para com a Parte que as houver revelado;
- 5.1.4. Tenha tido a divulgação autorizada por escrito pela Parte Reveladora;
- 5.1.5. Tenha sido desenvolvida de forma independente por empregados ou por empresas do mesmo grupo da Parte Receptora, sem utilização direta ou indireta de Informações Confidenciais, desde que passível de comprovação;
- 5.1.6. Toda e qualquer informação que não se enquadre nas hipóteses previstas acima deverá ser considerada confidencial e mantida sob sigilo pela Parte Receptora até que venha a ser autorizado, expressamente pela Parte Reveladora, a tratá-la diferentemente.

6. Organização

6.1. Entidade pública ou privada, signatária deste Termo de Confidencialidade.

7. Parte

7.1. Expressão utilizada para referir genericamente as organizações signatárias deste Termo de Confidencialidade.

8. Parte Receptora

8.1. Organização que recebe informações.

9. Parte Reveladora

9.1. Organização que fornece as informações.

10. Pessoa Autorizada

10.1. Agentes, representantes, especialistas, prestadores de serviço, internos ou externos, ou empregados signatários da Licitante, neste Termo de Confidencialidade e aqueles autorizados formalmente a transmitir ou receber informações.

11. Sigilo

11.1. Condição na qual dados sensíveis são mantidos secretos e divulgados apenas para as Pessoas Autorizadas.

12. Termo de Ciência

12.1. Documento atestando o conhecimento e entendimento do Termo de Confidencialidade.

13. Termo de Confidencialidade

13.1. Refere-se ao presente documento e anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS AUTORIZAÇÕES PARA ACESSO ÀS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Para alcançar a condição de Pessoa Autorizada, os agentes, representantes, especialistas, prestadores de serviço, internos ou externos, ou empregados das Partes, envolvidos, direta ou indiretamente, com a execução do contrato de prestação de serviços de manutenção do sistema, deverão ser devidamente instruídos sobre a proteção e manutenção da confidencialidade das Informações Confidenciais, bem como do teor deste Termo de Confidencialidade. O conhecimento das condições referentes às Informações Confidenciais, pelas Pessoas Autorizadas, será formalizado por meio da assinatura do Termo de Ciência.

Concomitantemente, as Partes tomarão todas as providências para minimizar o risco de revelação de Informações Confidenciais, assegurando-se de que somente Pessoas Autorizadas tenham acesso a tais, na estrita medida do necessário.

Em qualquer caso, as Partes serão responsáveis por toda infração ao presente Termo de Confidencialidade que venha a ser cometida por qualquer Pessoa Autorizada sob sua responsabilidade e tomará todas as providências, inclusive judiciais, necessárias para impedi-los de revelar ou utilizar, de forma proibida ou não autorizada, as Informações Confidenciais.

Cada Parte fará a gestão das inclusões e exclusões de seus prepostos na condição de Pessoa Autorizada, devendo comunicar imediatamente à outra Parte as mudanças ocorridas por meio do envio de novo Termo de Ciência ou de Termo de Ciência encerrado, respectivamente.

CLÁUSULA QUARTA: DO USO

As Informações Confidenciais reveladas serão utilizadas, exclusivamente, para os fins de execução do contrato de prestação de serviços de manutenção do sistema, em hipótese alguma, poderão ser utilizadas para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para uso de terceiros.

CLÁUSULA QUINTA: DA NÃO DIVULGAÇÃO

A Parte Receptora deverá proteger as Informações Confidenciais contra a divulgação a terceiros da mesma forma e com o mesmo grau de cautela com que protege suas informações de importância similar.

CLÁUSULA SEXTA: DA GUARDA DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

A Parte Receptora deverá manter procedimentos administrativos adequados à preservação de extravio ou perda de quaisquer Informações Confidenciais, principalmente os que impeçam a divulgação ou a utilização por seus agentes, funcionários, consultores e representantes, ou ainda, por terceiros não envolvidos na execução do contrato de prestação de serviços de manutenção do sistema.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS CÓPIAS

As Partes comprometem-se a não efetuar nenhuma gravação ou cópia das Informações Confidenciais recebidas.

CLÁUSULA OITAVA: DA PROPRIEDADE

O presente Termo de Confidencialidade não implica a concessão, pela Parte Reveladora à Parte Receptora, de nenhuma licença ou qualquer outro direito, explícito ou implícito, em relação a qualquer direito de patente, direito de edição ou qualquer outro direito relativo à propriedade intelectual.

Todas as anotações e compilações serão também consideradas Informação Confidencial, e serão havidas como de propriedade da Parte Reveladora, não cabendo à outra Parte nenhum direito sobre tais, salvo acordo entre as mesmas, expresso e por escrito, em contrário.

CLÁUSULA NONA: DA VIOLAÇÃO

As Partes informarão a outra Parte imediatamente sobre qualquer revelação não autorizada, esbulho ou mau uso, por qualquer pessoa, de qualquer Informação Confidencial, assim que tomar conhecimento, e tomará as providências necessárias ou convenientes para evitar qualquer violação futura de Informações Confidenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO RETORNO DE INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

A pedido da Parte Reveladora, a Parte Receptora deverá restituir imediatamente o documento (ou outro suporte) que contiver Informações Confidenciais;

A Parte Receptora deverá restituir espontaneamente à Parte Reveladora as Informações Confidenciais que deixarem de ser necessárias, não guardando para si, em nenhuma hipótese, cópia, reprodução ou segunda via das mesmas;

A pedido da Parte Reveladora, a Parte Receptora deverá prontamente emitir uma declaração assinada por seu representante legal, confirmando que toda Informação Confidencial foi restituída ou inteiramente destruída, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções (incluindo reproduções magnéticas), cópias ou segundas vias, sob pena de incorrer nas penalidades previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

O descumprimento de quaisquer cláusulas do presente Termo de Confidencialidade sujeitará a Parte, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela outra Parte, inclusive as de ordem moral ou concorrencial, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, que serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

As Partes obrigam-se a cumprir todas as obrigações ora contraídas sem limite de prazo, podendo a qualquer tempo, caso Informações Confidenciais sejam divulgadas, ser aplicadas as cláusulas deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA PUBLICIDADE

Todas as declarações, anúncios públicos e/ou divulgações relativas às informações apresentadas no contrato de prestação de serviços de manutenção do sistema e a este Termo de Confidencialidade deverão ser previamente comunicados e coordenados por ambas as Partes, dependendo a sua declaração, anúncio e/ou divulgação, do prévio e mútuo consentimento das Partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: REVELAÇÃO POR ORDEM JUDICIAL OU ADMINISTRATIVA

Caso uma das Partes seja obrigada a revelar qualquer Informação Confidencial em virtude de ordem judicial ou administrativa, a mesma avisará à outra Parte imediatamente, para que a esta seja dada a oportunidade de opor-se à revelação. Caso a oposição da Parte não seja bem sucedida, a Parte oposta somente poderá fazer a revelação na extensão exigida pela ordem judicial ou administrativa em questão e deverá exercer todos os esforços razoáveis para obter garantias confiáveis de que tais Informações Confidenciais tenham tratamento sigiloso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

Fica eleito o Foro de Brasília - DF para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Confidencialidade.

Brasília, de de .

Representante da <LICITANTE>

Representante da ANTAQ

TESTEMUNHAS:

.....,
CPF:

.....,
CPF:

ANEXO D - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

DECLARAÇÃO

Por meio desta, o(a) Sr(a) [nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto], CPF _____, ocupante do cargo [cargo que ocupa] na empresa [Nome (Razão Social) da empresa], CNPJ [número do CNPJ da empresa], declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DA ANTAQ, emitido por aquela empresa por ocasião da assinatura do contrato Nº ____/____, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Brasília (DF), ____ de _____ de _____.

Assinatura

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2022
(Processo nº 50300.006358/2021-72)
ANEXO E – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Razão Social:
Nome Fantasia:
CNPJ:
Endereço:
E-mail:
Telefone:
Pessoa para contato:

2. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS OFERTADOS

Especificação dos produtos ofertados.

A licitante deverá apresentar juntamente com sua proposta comercial, comprovação de que o equipamento proposto atende a cada um dos requisitos especificados no ANEXO A - Especificações Técnicas.

Tal comprovação deverá se dar por meio de indicação de documento público (eletrônico ou impresso) e da numeração da página (ou localização no texto), por meio do qual a equipe técnica da CONTRATANTE possa confirmar tais argumentos, conforme tabela apresentada no item 12.1.9.1 do Termo de Referência.

3. PREÇOS

Item	Descrição	Quant	Valor Unitário máximo aceitável para cada equipamento	Valor Máximo Aceitável Global
1	Servidor tipo rack	4	R\$ XXX.XXX,XX	R\$ X.XXXX.XXX,XX
Valor Total da Contratação				R\$ X.XXXX.XXX,XX
Valor Total da Contratação				(valor por extenso)

4. ENTREGA E INSTALAÇÃO

Prazo de entrega e instalação:

5. GARANTIA E SUPORTE

Período de garantia:
Condições de prestação de assistência técnica:

6. VALIDADE DA PROPOSTA

Prazo de validade:
(não inferior a 120 (cento e vinte) dias corridos, a contar da data de sua apresentação)

7. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

Nos preços propostos acima estão inclusas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Esta empresa declara estar ciente de que a apresentação da presente proposta implica na plena aceitação das condições estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Dados do Representante Legal:
Nome:
Cargo/Função:
RG e CPF:
Endereço:
E-mail:
Telefone:

(Local), de de .

(Representante Legal)
(RG e CPF)

DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Ordem de Serviço nº 10/2021/CGC/GLC/SAF.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

Encaminha-se para prosseguimento de processo licitatório, segundo o art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

<p align="center">Integrante Requisitante Bruno David Gonçalves Freitas Matrícula: 2258385</p>	<p align="center">Integrante Técnico Diógenes de Oliveira Nunes Matrícula: 2258484</p>	<p align="center">Integrante Administrativo Vagner Lopes Macedo Matrícula: 1900808</p>
---	---	---

<p>Autoridade Máxima da Área de TIC</p>
<p>_____ Illana Pinheiro Bezerra Vandesteem Secretária de Tecnologia da Informação Matrícula: 17948443</p>

Brasília, 04 de março de 2022.

Aprovo,

<p>Autoridade Competente</p>
<p>_____ Alexandre Ribeiro Pereira Lopes Superintendente de Administração e Finanças Matrícula: 1294661</p>

Brasília, 04 de março de 2022.

Atenciosamente,

DIÓGENES DE OLIVEIRA NUNES
Integrante Técnico



Documento assinado eletronicamente por **Diógenes de Oliveira Nunes, Analista Administrativo**, em 04/03/2022, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Vagner Lopes de Macedo, Analista Administrativo**, em 04/03/2022, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno David Gonçalves Freitas, Coordenador de Infraestrutura Substituto**, em 04/03/2022, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Illana Pinheiro Bezerra Vandesteem, Secretária de Tecnologia da Informação**, em 08/03/2022, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1554708** e o código CRC **EFBC0D2C**.